

BETH BRAIT
MARIA CECÍLIA SOUZA-E-SILVA
(ORGS.)

Texto ou discurso?



editora**contexto**

Copyright © 2012 das Organizadoras

Todos os direitos desta edição reservados à
Editora Contexto (Editora Pinsky Ltda.)

Foto de capa

Jaime Pinsky

Montagem de capa

Gustavo S. Vilas Boas

Diagramação

Estúdio Kenosis

Preparação de textos

Daniela Marini Iwamoto

Revisão

Flávia Portellada

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Texto ou discurso? / organizadoras Beth Brait e
Maria Cecília Souza-e-Silva. — São Paulo : Contexto, 2012.

Vários autores.

ISBN 978-85-7244-731-7

- I. Análise do discurso 2. Linguística I. Brait, Beth.
- II. Souza-e-Silva, Maria Cecília.

12-06708

CDD-401.41

Índice para catálogo sistemático:
1. Teoria do discurso : Linguística 401.41

2012

EDITORA CONTEXTO
Diretor editorial: *Jaime Pinsky*
Rua Dr. José Elias, 520 – Alto da Lapa
05083-030 – São Paulo – SP
FAX: (11) 3832 5838
contexto@editoracontexto.com.br
www.editoracontexto.com.br

PEREGRINAÇÕES DE UM TESTEMUNHO

Danielle Zaslavsky
Trad. Rosa Maria Severino

O presente capítulo versa sobre o processo de *mediatização* de um caso delicado que ocupou a imprensa mexicana durante os primeiros meses de governo do presidente Calderón, entre fevereiro e maio de 2007: Ernestina Ascensio Rosario,¹ uma mulher de 73 anos, indígena e pobre, originária da serra da Zongolica, no estado de Veracruz, morre em um hospital regional depois de um suposto estupro coletivo cometido por militares. Duas semanas depois da morte de Ernestina, o presidente da República, Felipe Calderón, declara que ela não morreu em consequência do estupro, mas de uma gastrite crônica não tratada. Em abril, a Comissão Nacional de Direitos Humanos (CNDH) emite um parecer que estabelece a morte natural de Ernestina e, em setembro, é publicado um relatório completo que encerra definitivamente o caso.

Poucas vezes houve na imprensa mexicana tantos comentários em torno de um fato que teria ficado no anonimato se não tivesse ocorrido no início dos seis anos de um governo e se o delito em questão não envolvesse uma instituição estatal, o Exército.² *Diante das diferentes vozes que se manifestaram, o observador dificilmente consegue permanecer indiferente e, por mais que tente manter distância, a descrição das estratégias presentes nos discursos o leva inevitavelmente a tomar posição.* Não pretendemos aqui, nem nos compete, esclarecer a verdade dos fatos. Entretanto, essa triste história traz à tona, uma vez mais, a inexorabilidade de um mercado linguístico no qual a tradução se viu diretamente impelida a questionar, tanto na mídia como no relatório da Comissão Nacional

dos Direitos Humanos, o significado de um testemunho formulado em náuatle³ por uma anciã moribunda. Independentemente das relações de poder que se exerceram, o caso Ernestina não apenas confirmou o hiato existente entre as instituições e as comunidades indígenas, mas também reativou um imaginário linguístico no qual a tradução desempenhou um papel central.

A análise que apresentamos a seguir se fundamenta em um *corpus* de imprensa escrita oriundo de quatro jornais de circulação nacional, *La Jornada*, *El Universal*, *Milenio* e *Reforma*, além de um semanário, *Proceso*, publicados entre fevereiro e maio de 2007. Dirigimos nossa atenção para as manchetes e, em especial, para aquelas construídas a partir de discurso relatado, sem deixar, porém, de consultar o corpo dos textos para detalhar a construção dos atores e os objetos tematizados nos discursos.

Algumas pautas contextuais

Em 27 de fevereiro de 2007, em dois jornais de circulação nacional aparecem as seguintes manchetes:

La Jornada

“Falece idosa supostamente estuprada por soldados em Veracruz” (subtítulo: “Indígenas bloqueiam estrada e exigem justiça” – seção “Estados”, p. 28).

Reforma

“Militares acusados de estupro” (subtítulo: “As investigações ministeriais não permitem confirmar se os agressores foram militares, como afirmam os vizinhos em suas versões” – seção “Estados”).⁴

Nos dez dias subsequentes à publicação da notícia, vários atores tomam a palavra, fundamentalmente a Comissão Nacional de Direitos Humanos, que se encarrega do caso, e a Secretaria da Defesa Nacional, que se pronuncia no sentido de efetuar todas as averiguações necessárias. Em 10 de março, o caso toma um novo rumo, como indica a manchete destacada a seguir, que apareceu com pequenas variações também nos jornais *Reforma* e *La Jornada*:

“Exumam a idosa vítima de ataque sexual” (subtítulo: “O cadáver da mulher indígena Ernestina Ascensio Rosario, de 73 anos de idade, supostamente

atacada sexualmente por militares na serra da Zongolica e morta em seguida, foi exumado para novas análises periciais” – *Univ.*, seção “Estados”, 10 mar. 2007).

Em 13 de março, no final de uma longa entrevista publicada pelo diário *La Jornada*, em que se menciona o encontro do dia seguinte entre os presidentes Bush e Calderón, este, ao responder a uma pergunta sobre violações dos direitos humanos cometidos por militares, declara:

Acompanhei o caso da senhora que dizem ter sido assassinada em Zongolica (depois de um suposto estupro coletivo cometido por militares). A CNDH interveio, e o resultado da autópsia foi falecimento em virtude de gastrite crônica não tratada. Não há sinais de que tenha sido estuprada. Espero que vocês possam ter, por seus meios, acesso a essa informação (*J.*, seção “Política”, p. 8).

A partir dessa declaração, na qual o presidente, apoiando-se na Comissão Nacional de Direitos Humanos, emite uma opinião que desmente categoricamente a hipótese do estupro, o fato, nos jornais, passa paulatinamente da seção “Estados” para “Política Nacional”. A exortação presidencial dirigida explicitamente aos jornalistas, “espero que vocês possam ter, por seus meios, acesso a essa informação”, teve certas repercussões na midiatização posterior do caso.

São três os principais órgãos de imprensa que se atrevem a contradizer a voz presidencial: *La Jornada* e *Reforma*, os dois jornais que haviam levado a notícia a público, e *Proceso*, o semanário político e crítico que realizará suas próprias averiguações.⁵ A imprensa dará a palavra a vários atores que intervêm no caso: a) aos deputados da oposição: “Perredistas* querem o julgamento dos militares estupradores” (*M.*, seção “Política”, 16 mar. 2007), b) ao corpo médico do Estado de Veracruz: “Equipe médica refuta declarações de Calderón sobre idosa estuprada” (*J.*, seção “Estados”, 15 mar. 2007), c) à comunidade onde vivia Ernestina: “Calderón está enganado em relação à morte da anciã de Tetltzinga, afirma vereador” (*J.*, seção “Estados”, 16 mar. 2007), e também a algumas Organizações Não Governamentais.

* N. T.: Deputados do PRD – Partido da Revolução Democrática.

Diante das críticas emitidas pelos diferentes atores, o representante da CNDH, José Luis Soberanes, intervém com frequência na imprensa para convencer a opinião pública de que, segundo sua própria investigação, não houve estupro, as primeiras perícias emitidas pelo Estado de Veracruz foram errôneas e a senhora Ernestina morreu de doença, assim como havia declarado o presidente Calderón. O parecer da CNDH formulado em 31 de março – “Soberanes diz que não houve estupro, e sim uma autópsia malfeita e informação falsa” (J., seção “Política”, 31 mar. 2007) –, adotado pela maioria dos representantes do governo que se pronunciaram sobre o caso, produz reações adversas: “Ativistas de Veracruz censuram o veredicto” (R., 31 mar. 2007), “Deputadas exigem que o *ombudsman* compareça” (J., 31 mar. 2007), “Médicos desqualificados por Soberanes ameaçam apresentar demanda judicial” (J., 4 abr. 2007), “Todos os povos da serra Zongolica exigem a renúncia de José Luis Soberanes” (J., 4 abr. 2007), “Caso da anciã é levado à CNDH” (R., 7 abr. 2007), etc.

O forte desdobramento argumentativo da Comissão Nacional de Direitos Humanos, entretanto, conseguiu sossegar os questionamentos dos familiares de Ernestina, dos deputados, das diferentes instâncias do governo de Veracruz, dos médicos da localidade que fizeram os primeiros relatórios, das organizações nacionais e internacionais, e inclusive dos jornalistas que continuavam cobrindo o caso. No final de maio, a notícia praticamente desaparece dos jornais até 3 de setembro, data em que é divulgado um relatório de mais de quatrocentas páginas, que dá conta dos resultados das sucessivas necropsias praticadas no corpo de Ernestina e das entrevistas que a CNDH realizou com seus familiares.

A palavra em jogo

A imprensa alude, segundo a formulação acertada de Patrick Charaudeau, a fatos que pertencem ao âmbito do “fazer” e ao âmbito do “dizer”,⁶ e as manchetes informativas que remetem aos fatos do dizer aparecem sob a forma de discursos relatados.

Em uma manchete, o discurso relatado, como sabemos, converte em “fato”, embora por um dia, o reportado por uma instância enunciativa, ao mesmo tempo em que legitima esta última como ator de fala. Fazer o inventário dessas vozes nas manchetes dos jornais permite medir seu acesso à imprensa e esboçar uma espécie de diagrama dos atores convocados e construídos pelo fato.⁷ Mas o que também sabemos é que o discurso relatado na imprensa in-

formativa desempenha um forte papel argumentativo, posto que os discursos não somente constroem as diferentes instâncias enunciativas, mas também elaboram os temas e objetos discursivos supostamente formulados por elas em outro espaço-tempo.⁸ Entretanto, a polifonia inerente ao discurso relatado e a heterogeneidade enunciativa⁹ que o caracteriza convertem a questão do tema em algo extremamente complexo, pois instauram uma dupla tematização: a dos enunciadores citados e a dos enunciados que lhes são atribuídos. Ao abordar a questão do tema nos enunciados de discurso relatado, Oswald Ducrot propõe duas leituras possíveis: uma leitura em discurso relatado e uma leitura polifônica, a primeira centrando a atenção do interlocutor no enunciador citado e a segunda, em suas palavras.¹⁰ Embora a diferenciação analítica efetuada por Ducrot seja difícil de aplicar a um corpus de imprensa, sobretudo às manchetes – frequentemente se ativam as duas leituras, notadamente quando consideramos textos aparentemente sem conexão como as manchetes –, a proposta insiste na complexidade argumentativa do discurso relatado. A manchete “*Irresponsable, la Procuraduría de Veracruz en el caso Ascensio: CNDH*” (J., 5 abr. 2007) tematiza tanto o locutor CNDH como a apreciação negativa emitida por ele contra os órgãos regionais, mediante o vocábulo “irresponsável”, colocado em posição inicial absoluta. A complexidade é ainda maior em enunciados extremamente polifônicos como, por exemplo: “*Gobernación*” diz que família de Ernestina Ascensión não aponta nenhum culpado” (J., 17 abr. 2007, p. 6). Nesse enunciado, o macroenunciador *La Jornada* atribui ao locutor “*Gobernación*” que o enunciador¹¹ “família de Ernestina” “não aponta nenhum culpado”. A questão do tema está diretamente vinculada à intencionalidade do enunciador citante, e uma manchete como essa, publicada depois de um mês e meio de declarações de uns e outros em torno da verdade e da mentira dos fatos, aponta a Secretaría de Gobernación em interação com os familiares de Ernestina, para convencer os leitores da não culpabilidade dos militares e, por conseguinte, da verdade postulada pela CNDH, cujos discursos se caracterizam pela negação reiterada dos fatos denunciados em 27 de fevereiro.¹² Do ponto de vista temático, torna-se ainda mais problemática uma mensagem como “*Gobernación* solicitará que o

* N. T.: “CNDH diz que a Procuradoria de Veracruz é irresponsável no caso Ascensio”. A argumentação da autora quanto à colocação do vocábulo “irresponsável” no início da manchete não admite que esta seja traduzida no corpo do texto.

** N. T.: Entenda-se “*Gobernación*” como “*Secretaría de Gobernación*”, órgão do Poder Executivo Federal que, entre outras atribuições, zela pelo desenvolvimento e bem-estar dos cidadãos mexicanos em um Estado de Direito.

ombudsman deixe de falar a respeito” (J., 13 abr. 2007, p. 12), que suscita várias dúvidas no leitor, que se pergunta se o tema está constituído pela Governación e suas relações de autoridade com o ombudsman, ou pelo comportamento prévio do representante da CNDH.¹³ Contudo, a reiteração dos discursos na mídia deixa rastros e cria, como diz Sophie Moirand, uma memória discursiva midiática que configura, às vezes explicitamente, às vezes sub-repticiamente, o sentido social dos acontecimentos e das coisas.¹⁴

As primeiras dúvidas noticiadas na imprensa pela CNDH – “CNDH duvida de abuso cometido por militares” (R., 17 mar. 2007), “Nada claro sobre o suposto estupro em Veracruz” (J., 21 mar. 2007) – permitem absolver rapidamente o Exército – “Militares são absolvidos de agressão à idosa” (R., 29 mar. 2007) – e negar definitivamente o estupro. De “supostamente estuprada” (J., 27/2/07), “vítima de ataque sexual” (Univ., 10 mar. 2007), “anciã estuprada” (J., 17 mar. 2007), Ernestina se converte em morta por enfermidade ou pobreza: “Ernestina Ascencio morreu de anemia, insiste o ombudsman” (J., 30 abr. 2007). A dúvida abre caminho para uma asseveração isenta de qualquer tipo de modalização que marca o final de um sinuoso percurso argumentativo. O verbo introdutório da asseveração de Soberanes, “insiste”, posposto pelo enunciador citante, evoca a reiteração de um discurso que consegue se impor não só por meio da CNDH, mas também por meio de todos os funcionários ou deputados próximos ao presidente.

Diante da argumentação cientificista e legal desenvolvida pela CNDH na imprensa – revisão das provas periciais, autópsias, entrevistas –, a comunidade de Zongolica, os familiares de Ernestina e alguns jornalistas continuam invocando as últimas palavras pronunciadas pela idosa quando encontrada: “Os soldados vieram pra cima de mim”, único testemunho denunciante, mas já em pleno processo de aforização e, portanto, mais perigoso ainda.¹⁵

As vicissitudes de um testemunho

As duas manchetes iniciais de 27 de fevereiro – “Falece idosa supostamente estuprada por soldados em Veracruz” (J.) e “Militares acusados de estupro”, subtítulo: “As investigações ministeriais não permitem confirmar se os agressores foram militares, como afirmam os vizinhos em suas versões” (R.) – definem os grandes eixos que orientarão a CNDH em suas investigações. O diário *La Jornada* registra em sua manchete um *fato do fazer*, a partir do qual é formulada uma

ação com um agente e um paciente, ao passo que o jornal *Reforma* constrói, em voz narrada, um *fato do dizer* e o questionamento do qual é objeto. A partir da formulação da palavra no plural “versões”, atribuída a “vizinhos”, o jornal expõe uma série de vozes e interpretações dos fatos alegados, o que evoca a problemática da tradução.

A primeira entrevista jornalística referente ao discurso de Ernestina aparece no segundo parágrafo da nota publicada nesse mesmo dia pelo diário *La Jornada*: “Parentes da vítima afirmaram que suas últimas palavras antes de perder a consciência foram: ‘Os soldados vieram pra cima de mim’”, enunciado que a imprensa procurará converter no lema da impotência sofrida pelas mulheres indígenas perante os militares. Não obstante as leves variações apresentadas nas notícias, entrevistas ou artigos de opinião publicados entre março e maio de 2007, as palavras de Ernestina pronunciadas em náuatle e transmitidas em espanhol por seus familiares constituem para a imprensa a prova irrefutável do agravo.¹⁶ Diante do que foi apresentado como uma *denúncia*, uma *acusação*, um *testemunho*, uma *confissão* ou uma simples *declaração*, e as resistências por parte da imprensa e do Congresso no sentido de aceitar o parecer da CNDH, esta se vê obrigada a encontrar novos argumentos. Uma vez esgotadas as provas de ordem propriamente judicial que permitiam desmentir e desqualificar os médicos dos hospitais da serra da Zongolica, em especial o de Rio Frio, onde a idosa morreu, os peritos da procuradoria estatal e as autoridades do estado de Veracruz, a CNDH passa a focar suas estratégias de persuasão na materialidade linguística do próprio testemunho, a língua e sua tradução, último baluarte de resistência dos familiares de Ernestina na tentativa de serem ouvidos. Como prova disso, segue um fragmento de uma entrevista que o diário *La Jornada* fez à presidente do Instituto Nacional das Mulheres – Inmujeres (1º abr. 2007, p. 9):

María del Rocio García Gaytán, presidente do Instituto Nacional das Mulheres (Inmujeres), desqualificou as últimas palavras da indígena Ernestina Ascencio Rosario, que apontou os militares como os responsáveis pelo estupro, “pois estava moribunda, balbuciava; o que me tira a certeza (sic) do que disse [...]”.

[...] Mas isto põe em dúvida as declarações feitas pela senhora Ernestina antes de morrer, a qual afirmou que foi atacada sexualmente. [...]

– Foi em náuatle, entendo, e estava moribunda, quando já não se tem força na voz.

- Os familiares disseram claramente o que ela lhes asseverou: que fora atacada pelos soldados.
- Eu ouvi duas versões: “os soldados vieram pra cima de mim”, e que a haviam “machucado”.

A partir da insistência da jornalista, que em três oportunidades aborda o tema do estupro pelos militares, a responsável pelo Inmujeres responde com três argumentos diferentes: a) o estado físico da anciã e a língua em que se expressou não permitem uma compreensão cabal do declarado; b) foi em náuatle e c) já circulam “duas versões” do testemunho. Ao questionar a veracidade da alegação a partir de um *topos* generalizador “já não se tem força na voz”, a funcionária constrói um *ethos* de mulher responsável e compreensiva, preocupada acima de tudo com o estado da vítima, atitude condizente com sua condição de presidente do Instituto Nacional das Mulheres. Contudo, a imagem que o jornal tenta difundir com o título do artigo “Inmujeres desqualifica acusação de Ascensión Rosario contra militares: ‘Foi em náuatle’” (J., 1º abr. 2007) é a de uma funcionária pública que, juntamente com o testemunho, desvaloriza a língua que lhe deu origem, o náuatle, língua do presente e do passado indígena do México, argumento contra o qual a imprensa reagirá com vários artigos nos quais as línguas indígenas do país são valorizadas e dignificadas.¹⁷ O terceiro argumento da funcionária introduz claramente a problemática da tradução. Ao mencionar as “duas versões”, a primeira introduzida mediante o discurso direto emblemático atribuído a Ernestina “os soldados vieram pra cima de mim”, e a segunda sob a forma de um discurso narrativizado “que a haviam ‘machucado’”, a funcionária em questão, em interação com outros agentes governamentais – “eu escutei duas versões” –, anuncia o segundo momento da argumentação da CNDH. Paulatinamente, a tradução feita pelo primeiro tradutor indígena, que realizou as entrevistas com os familiares de Ernestina, torna-se o alvo de ataque da Comissão Nacional de Direitos Humanos.

Vejamos um segundo fragmento retirado de um artigo publicado pelo jornal *Milênio*, em 20 de abril:

A representante da CNDH encarregada do caso, Susana Pedrosa, assinala que, nas primeiras declarações dos familiares, a pessoa que apoiou a tradução do náuatle para o espanhol “introduziu palavras que eles nunca

disseram”. Posteriormente, com apoio de outros tradutores, as gravações foram revisadas e não foram encontradas as palavras “estuprada” ou “amarrada”. A única coisa dita pela anciã foi “os soldados se aproximaram de mim”. Não há menção de que a maltrataram, estupraram, amarraram; apenas “os soldados se aproximaram de mim” (“*Alteraciones en las declaraciones*”, M., versão eletrônica, 20 abr. 2007).

Contrariando as palavras da presidente do Instituto Nacional das Mulheres, segundo a qual existiam “duas versões” do testemunho, uma que confirmava o estupro e outra que se reduzia a uma leve agressão “tinham-na machucado”, nesse último fragmento, a funcionária da CNDH nega categoricamente não só a hipótese do estupro, mas também a da agressão, acusando explicitamente o tradutor de “introduzir palavras que eles nunca disseram”. O enunciado testemunhal, “os soldados vieram pra cima de mim”, vem a ser uma tradução errônea de um enunciado cuja tradução literal é “os soldados se aproximaram de mim”, como se pode comprovar com a revisão posterior da primeira tradução. **O suposto estupro de Ernestina vai se reduzindo a um problema de tradução.**

A partir desse momento, a literalidade passa a ser a principal estratégia argumentativa da Comissão para invalidar o testemunho de Ernestina, não apenas na imprensa, mas também no relatório que é divulgado em setembro do mesmo ano, cujo teor comentaremos a seguir, antes de apresentar as conclusões.

Tradução literal e argumentação jurídica

O Relatório que a CNDH coloca à disposição do público consta de 250 páginas e se divide em duas partes: a primeira se constitui das provas periciais e dos laudos dos médicos forenses; a segunda, das seis entrevistas realizadas com os familiares da senhora Ernestina, a maioria deles monolíngues.¹⁸ Formalmente, o texto se apresenta como um documento jurídico que consta de 164 artigos e algumas recomendações destinadas aos diversos atores envolvidos.

Vou analisar, aqui, a segunda parte, que aborda as questões linguísticas e tradutológicas. Em quatro dos artigos são expostas várias apreciações negativas do comportamento do tradutor durante a entrevista, assim como uma análise detalhada das “supostas quatro palavras que a senhora Ernestina Ascensio Rosaria pôde dizer”.¹⁹ As seis entrevistas, agrupadas no artigo 132, estão acompanhadas de duas traduções, aquela realizada durante a entrevista e a de um

linguista especializado na língua náuatle, contratado pela CNDH para revisar a tradução existente. A retradução considera tanto as respostas dos entrevistados como as perguntas formuladas aos entrevistados em náuatle, feitas por Jácome, o primeiro tradutor.

O primeiro inciso do Artigo 103 descreve o primeiro tradutor nos seguintes termos:

a) A pessoa que realiza o papel de tradutor tem uma participação muito ativa e não se restringe à sua função de tradutor. Desde a primeira até a última entrevista o tradutor realiza diversas interpretações da fala dos entrevistados. Em diferentes situações observa-se como o tradutor induz verbalmente os falantes a uma resposta e, em muitas outras, ele interrompe a fala dos entrevistados e recorre a movimentos físicos, como a sinalização de partes do corpo, para que os falantes tenham uma resposta imediata.

Não podemos nos deter no corpo das entrevistas, mas a análise que realizamos mostra efetivamente grandes variações entre as duas traduções, a primeira feita “no calor do momento”, na presença dos participantes, e a segunda realizada *a posteriori* pelo especialista.²⁰ O tradutor indígena, desqualificado pela CNDH por ter “uma participação muito ativa” durante a entrevista, por realizar “diversas interpretações da fala dos entrevistados”, valer-se de “movimentos físicos”, assinalar “partes do corpo” para “induzir” a resposta do entrevistado, age, inegavelmente, por aproximações, ampliações e omissões, fato que costuma acontecer, em maior ou menor grau, em qualquer situação de interpretação consecutiva. Vários pesquisadores da tradução, partindo da análise da interação verbal e dos necessários reajustes contextuais exigidos por uma situação na qual a autoridade pergunta em uma língua e a testemunha responde em outra, descrevem as “alterações” inerentes ao processo tradutório, tanto na tradução das perguntas emitidas pela autoridade jurídica como nas respostas dos entrevistados.²¹ Em outras palavras, **embora a tarefa do tradutor seja traduzir, parece improvável que ele deixe de ter “uma participação muito ativa” na situação oral de comunicação na qual atua.** O inciso (b) do mesmo Artigo aborda o componente linguístico da declaração formulada pela senhora Ernestina:

b) Sobre as supostas quatro palavras que a senhora Ernestina Ascencio Rosaria pôde dizer, elas correspondem a três orações na língua náuatle. A primeira está totalmente em náuatle, *soldados onechmahthike*, que literalmente diz: “os soldados me assustaram”. A segunda é uma oração com um empréstimo lexical do espanhol, *noñan nomensimaronhke*, do vocábulo castelhano “encimar”, e que em náuatle pode ter duas interpretações possíveis, uma literal em espanhol “*en mí se encimaron*”, e a segunda interpretação “se aproximaram de mim”. A terceira oração corresponde a *iwan onechkamailpihke*, que também tem duas possibilidades de interpretação, a primeira corresponde à literalidade: “e me amarraram a boca”, e a segunda corresponde a “já não posso falar”.

Não obstante **a modalidade epistêmica que abre o parágrafo** – “as supostas quatro palavras que a senhora Ernestina Ascencio Rosaria pôde dizer” –, **modalidade que questiona desde logo a veracidade do testemunho**, a descrição se pretende objetiva e recorre a uma terminologia adequada para isso – empréstimo lexical, vocábulo –, e vai além com um cotejo das possíveis expressões em náuatle e seu equivalente em espanhol, como habitualmente se faz em Linguística descritiva. No entanto, chama a atenção o uso da expressão “empréstimo lexical” referida ao verbo *nomensimaronhke*, cujo núcleo parece efetivamente constituído pelo castelhano “encimar”, e a omissão do vocábulo “soldados”, que figura em posição inicial na primeira oração “totalmente em náuatle”. Para as três orações descritas, são propostas duas interpretações possíveis, uma literal e *outra*, ambas descontextualizadas.

Toda a argumentação da CNDH para invalidar o testemunho de Ernestina se fundamenta nas alterações de uma suposta literalidade do processo tradutório. Contudo, no caso que acabamos de mencionar, a interpretação escolhida foi “se aproximaram de mim”, ou seja, a não literal, como o tinha feito a servidora da CNDH na entrevista previamente comentada.

A partir do demonstrado nos incisos (a) e (b) do Artigo 103, conclui-se no inciso (c) “que não existe correlação entre o manifestado em náuatle e o expressado em espanhol, pelo que se sugere dar início a uma profissionalização dos tradutores e capacitá-los em sua formação”.

Conclusão

A midiática do caso jurídico geralmente provoca na opinião pública um debate em torno da inocência ou culpabilidade dos sujeitos acusados. A encenação midiática dos atores envolvidos contrapõe vozes e discursos que vão se respondendo mutuamente, ativando estratégias de confiabilidade e de verossimilhança que entram frequentemente em conflito com a lógica do discurso jurídico. Estas estratégias se fundamentam sempre em representações de mundos possíveis, em uma *doxa* que permite a credibilidade dos fatos narrados. No caso abordado neste trabalho, foram contrapostas vozes e línguas em torno de um delito cuja violência parecia inaudita. As vozes indígenas que denunciaram o dolo com base no testemunho de uma mulher falecida defrontaram-se com o peso de um aparelho estatal que não poupou esforços para convencer a opinião pública da inverossimilhança do delito. Embora o estupro de mulheres vulneráveis por militares tenha sido uma prática comum no mundo inteiro, o estupro coletivo exercido contra uma anciã indígena não parecia ser tão frequente. Além disso, a língua em que o delito foi denunciado não era o espanhol, e sim o náuatle, que foi traduzido para o espanhol, a fim de que o testemunho se tornasse público. Todavia, a última estratégia utilizada pelo poder para converter a denúncia do estupro em um erro de tradução se fundamentou em uma *doxa* e em uma realidade: 1) o processo tradutório é transparente e uma tradução que não respeita a literalidade do falado é essencialmente errônea e mal-intencionada; 2) a formação dos tradutores indígenas no México é deficiente, e os erros de tradução nos casos jurídicos são recorrentes.²²

A análise do discurso que desenvolvi sobre os discursos que circularam a respeito do caso Ernestina mostra as estratégias argumentativas adotadas por uns e outros para defender sua verdade. Medir o alcance de uma campanha midiática nas decisões tomadas pelo aparato judiciário constitui uma tarefa difícil. **A verdade manejada na opinião pública não é exatamente a mesma que se emprega no Direito.** A única afirmação que me atrevo a fazer depois de toda essa análise é que, neste caso, o debate iniciado na imprensa repercutiu no Relatório difundido pela Comissão Nacional de Direitos Humanos.

NOTAS

- ¹ O nome de Ernestina sofreu variações na imprensa: Ernestina Rosario Ascensión, Rosario Ascencio, assim como no documento da CNDH, onde figura Ernestina Ascencia Rosaria.
- ² O presidente Calderón tomou posse no dia 1º de janeiro, após as eleições presidenciais de julho de 2006. De acordo com a Constituição mexicana, o presidente é o comandante chefe do Exército.
- ³ *Náuatle*, em português do Brasil, ou *nauatle*, em português de Portugal, também chamado de asteca, é a denominação de um grupo de línguas e dialetos pertencentes ao ramo asteca da família linguística uto-asteca, todas nativas da Mesoamérica e faladas por cerca de 1,5 milhão de náuatles, a maioria no centro do México.
- ⁴ As fontes serão indicadas entre parênteses pela primeira letra do nome do jornal: *J. (La Jornada)*, *R. (Reforma)*, *M. (Millennium)*, *Univ. (El Universal)*. Algumas informações foram obtidas em versões eletrônicas de jornais, cujo número de página nem sempre aparece.
- ⁵ Ver anexo que trata do volume de informações e sua distribuição pelos atores de fala.
- ⁶ P. Charaudeau, 2003, p. 190.
- ⁷ A noção de “acesso” foi abordada por vários linguistas da escola inglesa (R. Fowler et al., 1983) e aprofundada pela *Análise Crítica do Discurso* (ver, em especial, R. Fowler, 1991; N. Fairclough, 1995; T. Van Dijk, 1996). Retomo esta noção em vários trabalhos sobre análise de imprensa política (D. Zaslavsky, 2003, 2008, 2009).
- ⁸ L. R. Waugh, 1995, pp. 129-73.
- ⁹ Retomamos os conceitos de *heterogeneidade enunciativa* e *heterogeneidade mostrada* de J. Authier Revuz, 1984, pp. 98-111.
- ¹⁰ O. Ducrot, 1980, p. 44.
- ¹¹ Retomamos aqui a distinção estabelecida também por Ducrot entre locutor e enunciador: o primeiro se encarrega do ato empírico da locução e o segundo, do ato de fala (Ducrot, 1984, 1990).
- ¹² Note-se que a *Secretaría de Gobernación* mostrou na mídia uma relativa discrição, tendo feito apenas duas intervenções nas manchetes, segundo nossa contagem.
- ¹³ A dicotomia tema/rema, elaborada pela Linguística funcional e retomada por Halliday (ver, entre outros, Bosque, 1980, p. 31, e Halliday, 1985, p. 56), continua sendo fundamental para abordar a tematização a partir da análise do discurso. No entanto, a questão se torna muito complexa quando nos perguntamos “de que se está falando”. É por isso que Van Dijk passará dos conceitos *topico/comento* para a noção de “aboutness”, o que me parece mais sugestivo para descrever a pergunta “de quê?” dos discursos, mas esta noção termina sendo de pouca ajuda do ponto de vista metodológico. Cf. P. Charaudeau e D. Maingueneau, 2005.
- ¹⁴ S. Moirand, 2007, p. 138.
- ¹⁵ Retomamos o conceito de Dominique Maingueneau, a partir do qual são designados os processos de autonomização que ocorrem com certos enunciados. Cf. <<http://dominique.maingueneau.pagesperso-orange.fr/>>. Acesso em: 3 maio 2012.
- ¹⁶ O discurso de Ernestina apresenta variantes que dizem respeito ao tipo de discurso relatado utilizado – direto ou indireto –, à estrutura da oração – ativa ou passiva – e a determinadas alternâncias lexicais entre *soldados* e *militares*, e à ação que lhes é atribuída “*vir pra cima*” ou “*jogar-se em cima de*”.
- ¹⁷ Veja-se, entre outras, as reportagens de Blanche Pietrich, “*Todos los pueblos de la sierra Zongolica reclaman la renuncia de José Luis Soberanes*” (*J.*, 4 abr. 2007, p. 10), Genaro Villamil, “*Ernestina Ascencio, la infamia*” (*Proceso*, 4 abr. 2007), “*Inaceptables’ las reacciones oficiales ante el caso de Ernestina Ascencio*” (*J.*, 6 abr. 2007), “*Se me echaron encima los soldados*” (*M.*, 8 abr. 2007), Blanche Pietrich, “*Todo apunta hacia el Ejército’ decían visitantes de la CNDH: líder indígena*” (*J.*, 10 abr. 2007), “*Alguien miente dicen diputados*” (*J.*, 17 abr. 2007).
- ¹⁸ CNDH, *Recomendación 34/2007*, “Sobre el caso de la señora Ernestina Ascencio Rosaria”. Disponível em: <<http://www.cndh.org.mx/lacndh/informes/espec/casoErnestina/casoErnestina>>.
- ¹⁹ Particularmente os Artigos 100, 102, 103, 126.
- ²⁰ Para uma análise detalhada das entrevistas que aparecem no Relatório, ver D. Zaslavsky, 2011, pp. 905-33.
- ²¹ L. Pérez González, 2003, pp. 390-417.
- ²² Várias instituições mexicanas, especialmente o Instituto Nacional de Lenguas Indígenas, trabalham na formação e certificação de tradutores indígenas.

BIBLIOGRAFIA

- AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. Hétérogénéité(s) énonciatives. *Langages*, 73, Paris: Larousse, 1984, pp. 98-111.
- BLOOMAERT, Jan. *Discourse: A Critical Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2005.
- BOSQUE, Ignacio. *Sobre la negación*. Madrid: Cátedra, 1980.
- CHARAUDEAU, Patrick. *El discurso de la información*. Trad. Margarita Mizraji. Barcelona: Gedisa, 2003.
- _____; MAINGUENEAU, Dominique (eds.). *Diccionario de análisis del discurso*. Trad. Irene Agoff; superv. Elvira Arnoux. Buenos Aires: Amarrortu, 2005.
- CDNH, Comisión Nacional de Derechos Humanos, 2007. Recomendación n° 34/2007 Sobre el caso de la señora Ernestina Ascensio Rosaria. Disponível em: <http://www.cndh.org.mx/lacndh/informes/espec/casoErnestina/casoErnestina>.
- DUCROT, Oswald. *Le dire et le dit*. Paris: Minuit, 1984.
- _____. *Polifonia y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1990.
- FAIRCLOUGH, Norman. *Media discourse*. Nueva York: Arnold, 1995.
- FOWLER, Roger. *Language in the News: Discourse and Ideology in the Press*. London: Routledge, 1991.
- _____. et al. *Lenguaje y control*. México: Fondo de Cultura Económica, 1983.
- HALLIDAY, M. A. K. *An Introduction to Functional Grammar*. London, New York, Melbourne, Auckland: Edward Arnold, 1985.
- LARA RAMOS, Luis Fernando (dir.). *Diccionario del español usual en México*. México: El Colegio de México, 1996.
- MOIRAND, Sophie. *Les Discours de la presse quotidienne*. Paris: Presses Universitaires de France, 2007.
- PÉREZ GONZÁLEZ, Luis. Interpreting Strategic Recontextualisation Cues in the Courtroom: Corpus-based Insights into the Pragmatic Force of Non-Restrictive Relative Clauses. *Journal of Pragmatics*, 38, v. 3, 2006, pp. 390-417.
- VAN DIJK, Teun. Discourse, power and access. In: COULTARD, C. R.; COULTARD, M. (eds.). *Readings in Critical Discourse Analysis*. London: Routledge, 1996, pp. 84-104.
- WAUGH, L. R. Reported Speech in Journalistic Discourse: The Relation of Function and Text. *Text*, v. 15-1, Amsterdam: Mouton de Gruyter, 1995, pp. 129-73.
- ZASLAVSKY, Danielle. "La presse aux prises avec le discours des acteurs politiques: une analyse des titres de discours rapporté dans la presse mexicaine au cours de l'évènement Chiapas (1994-1995)", tesis de doctorado en lingüística, Paris, Universidad de Paris XIII, 2003.
- _____. Violencia y pobreza: los avatares de un debate en la prensa mexicana de 1994. *Signos Lingüísticos* 4 (julio-diciembre, 2006), 67-100.
- _____. La traduction du politique: les enjeux de l'analyse. Conferência, Conferência de abertura do evento Odyssée de la traductologie/Voyages in Translation Studies, março de 2008.
- _____. Traducción y discurso político. Conferência, FFLCH/USP, 29 de setembro de 2009 [Centro Interdepartamental de Tradução e Terminologia (CITRAT)].
- _____. La prensa entre mediación e intermediación: el tercero como condición del discurso periodístico. In: MONTES, Rosa Graciela; CHARAUDEAU, Patrick (coords.). *El "tercero": fondo y figura de las personas del discurso*. Puebla: Buap, 2009.
- _____. Sobre los distintos modos de traducir. In: VÁZQUEZ, María Eugenia; SEGOVIA, Francisco; ZIMMERMAN, Klaus (eds.). *De la lengua solo por su extrañeza: estudios de lexicología, norma lingüística, historia y literatura, en homenaje a Luis Fernando Lara*. México: El Colegio de México, 2011, pp. 905-33.

ANEXO

1. Levantamento de notícias nos quatro jornais

	Março		Abril		Maio		Julho-Set.		Total	
	Informação	Opinião	Informação	Opinião	Informação	Opinião	Informação	Opinião	Informação	Opinião
<i>La Jornada</i>	17	2	41	1	12	1	2	0	72	4
<i>Reforma</i>	10	6	19	13	6	5	3	5	38	29
<i>Milenio</i>	7	2	18	14	4	0	2		31	16
<i>El Universal</i>	2	1	4	5	0	3	1	1	7	10
Total	36	11	82	33	22	9	8	6	148	59

2. Quadro das diferentes vozes nas manchetes de março a maio

Março	<i>La Jornada</i>	<i>Reforma</i>	<i>Milenio</i>	<i>El Universal</i>	Total
Governo Federal			1		1
Sedena (Secretaria de la Defensa Nacional)	2		1		3
CDNH	4	3	1		8
Congresso	6		3		9
Vozes indígenas	4	2			6
ONG	1	3			4
Autoridades de Veracruz	1				1
Vários	1				1
Total	19	8	6		33

Abril	<i>La Jornada</i>	<i>Reforma</i>	<i>Milenio</i>	<i>El Universal</i>	Total
Governo Federal	2				2
Sedena (Secretaría de la Defensa Nacional)	2	2	1	1	6
CDNH	6	2	1	2	11
Congresso	3	4	6		13
Vozes indígenas	10	1	2		13
ONG	4	3	1		8
Autoridades de Veracruz	5	1	2	1	9
Vários	1	1			2
Total	33	14	13	4	64

Maio	<i>La Jornada</i>	<i>Reforma</i>	<i>Milenio</i>	<i>El Universal</i>	Total
Governo Federal					
Sedena (Secretaría de la Defensa Nacional)					
CDNH					
Congresso	3	1			4
Vozes indígenas	2		1		3
ONG	4	2			6
Autoridades de Veracruz	4	3			7
Vários	1				1
Total	14	6	1		21